

Resenha: Imperialismo, Estado e Relações Internacionais



Marcelo Pereira Fernandes¹

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2019v7.n3.p121

Recebido em: 16 de setembro de 2018

Aprovado em: 25 de setembro de 2018

1. Doutor em Economia, professor Associado I e vice coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFRRJ. Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: 0000-0003-4550-8564. ©

Após o colapso do socialismo real no Leste europeu e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no começo dos anos 1990, quando se difundiu as maravilhas da “globalização”, a questão do imperialismo parecia relegada a uma excentricidade do século XIX. Mesmo autores dentro do campo marxista passaram a imaginar um mundo sem fronteiras em que os Estados teriam papel irrisório. Nesse suposto cenário, o próprio conceito de imperialismo tornara-se obsoleto. Esse não é o caso do professor Luiz Felipe Osório que assina o livro *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais* no qual mantém o imperialismo como reflexão política indispensável em um momento em que se acirram as contradições do capitalismo.

Levando em conta a necessidade imperiosa do debate do marxismo nas Relações Internacionais, o autor lembra que “o marxismo revela-se a ciência apta a decifrar os enigmas esfíngicos das relações internacionais. O marxismo é a ciência internacionalista por essência, aquela capaz de captar a plenitude do capitalismo, modo de produção que só se completa no âmbito internacional”. (p.23). Isso não é por acaso. Marx não usou o termo imperialismo, porém está evidente que em seus estudos sobre o modo de produção capitalista a tendência irrefreável à expansão é algo inerente ao sistema.

O livro é composto de três capítulos, além da introdução e considerações conclusivas. O objetivo é abarcar três debates que o autor julga contemplar a discussão do imperialismo e as relações internacionais desde o seu surgimento até os dias atuais.

No primeiro capítulo, Osório faz uma revisão dos estudos pioneiros sobre o imperialismo formulados entre os anos 1905-1925 (Hobson, Hilferding, Bukharin, Luxemburgo e Lenin). Seguindo a ordem cronológica, faz-se uma breve análise sobre cada um dos autores. Os estudos desse período seriam majoritariamente de natureza economicista. Ou seja, a base material seria a força determinante das relações sociais e políticas. E, no geral, as abordagens estariam muito próximas. O que afastaria esses autores seriam as divergências sobre as caracterizações e conclusões políticas derivadas do desenvolvimento do capitalismo. Nesse cenário, evidencia-se o debate entre Lenin e Kautsky, pois, além do mesmo contexto histórico, a essência das ideias seria a mesma, isto é, a visão economicista.

No capítulo 2 intitulado “O Debate Fordista”, Osório irá analisar o novo ciclo do capitalismo inaugurado após a II Guerra até a crise dos anos 1970, ou seja, o período de menor instabilidade que o capitalismo vivenciou. É o momento em que o rápido crescimento econômico e a composição política em torno da social-democracia jogou papel importante na contenção das ideias socialistas oriundas da Revolução Russa. Era parte da estratégia dos Estados Unidos (EUA) o apoio às elites nacionais da Europa Ocidental a fim de evitar processos revolucionários na região.

Passando para o contexto teórico do período fordista, Osório destaca autores que passaram a defender a ideia de superação do imperialismo. Entre eles estariam John Strachey e Barrat Brown. Outros autores que entenderam que o mais correto seria repensar o imperialismo sob a nova realidade concreta que se instalou. Harry Magdoff, por exemplo, distinguiria o velho e o novo imperialismo. No novo imperialismo Magdoff destacaria o papel dos EUA na qualidade de organizadores do sistema, numa forma de superimperialismo dado o alcance do seu poderio bélico e tecnológico. Numa visão contrária, Michael Kidron e Ernest Mandel compreenderiam que os Estados não seriam capazes de comandar o cenário internacional. Mandel identificaria já em 1970 no livro *Europe versus America? Contradictions of Imperialism* o declínio relativo dos EUA e a instabilidade gerada por esse processo.

Ainda no debate fordista, a associação entre centro e periferia ganharia destaque. Questões como dependência, subconsumismo, estagnacionismo, subdesenvolvimento apontavam para a relação de exploração da periferia pelo centro, e se entrelaçariam nas teorias do capital monopolista, da dependência, do sistema-mundo e das trocas desiguais.

No capítulo 3, Osório analisa o que ele nomeia de “O debate pós-fordista” iniciado em meados dos 1970, passando por sua consolidação na última década do século XX até os dias atuais. Os estudos que abarcaria esse período incluem as teorias do Estado da vertente do marxismo ocidental e as teorias que ficariam conhecidas como novo marxismo. Nesse sentido, apareceriam ao lado das noções economicistas existentes do imperialismo, as noções politicistas.

Esse seria um período marcado pela restauração liberal conservadora liderada pelos EUA, construindo um novo sistema financeiro internacional alicerçado no padrão monetário dólar-flexível. Isso conferiu vantagem exorbitante sobre os seus competidores na esfera financeira. No campo militar, em que os EUA também operam com vantagem considerável, os conflitos passariam a ser usados como forma de consolidar seu poder diante das potências concorrentes.

Segundo Osório, os EUA dispunham dos meios de violência necessários para garantir o padrão de desenvolvimento capitalista atual, representando os interesses da burguesia mesmo nos Estados subordinados. As organizações internacionais teriam função relevante ao impor a vontade dos Estados dominantes pela via do direito. Assim, os novos rumos do sistema internacional imporiam aos autores marxistas a necessidade de resgatar o debate do imperialismo. Pelo menos três vertentes viriam à luz nesse debate: o politicismo, o politicismo parcial e a plena crítica.

No politicismo estariam de um lado Hard e Negri, defendendo a existência de um império acima dos Estados e politicamente dominado pelos capitais, e de outro lado autores como Panich e Gindin e a historiadora Ellen Wood assumindo a centralidade do Estado, e o poder dos EUA como império informal, baseado na noção de hegemonia desenvolvida por Gramsci. Na vertente definida como politicismo parcial insere-se elementos do politicismo com questões econômicas, numa forma intermediária entre o economicismo e o politicismo. Entre os autores que estariam nessa vertente, encontraríamos Nicos Poulantzas, David Harvey, Alex Callinicos. Por último a vertente que Osório identifica como plena crítica ou materialista do imperialismo, e que do meu ponto de vista é a principal contribuição do livro. A plena crítica estaria inserida no movimento do novo marxismo relacionado à teoria do Estado em que não se admite a separação entre política e economia. Apresenta-se distinta do economicismo, do politicismo, como também do politicismo parcial.

A plena crítica nasceria a partir de uma releitura de “O Capital” empreendida nos anos 1960, destacando as categorias da economia política, da forma do capital e das relações de produção capitalistas a fim de entender as estruturas políticas do capitalismo. A questão de fundo desse debate seria a pergunta do jurista soviético Pachukanis sobre o porquê a dominação de classe se apresentaria com um aparato estatal público coercitivo, e não como um aparelho privado da classe dominante.

As categorias como mais-valor, taxa de lucro, valor, salário etc., desenvolvidas em “O Capital”, além do debate econômico seriam fundamentais para entender a estrutura de classes no capitalismo e as formas e concepções desta estrutura. Não se tratariam de conceitos estritamente econômicos ou políticos, mas sim conceitos que permitiriam compreender os conteúdos políticos e econômicos das relações sociais.

Ainda na plena crítica o leitor poderá ter acesso a autores menos conhecidos do público brasileiro, como Christel Neusus, Klaus Busch e Claudia von Braunmuhl. Segundo Osório, esses são autores que ao buscar analisar o mercado mundial na obra de Marx, compreenderiam que esse seria a forma universal da existência do capitalismo, e o Estado o condutor da competição intercapitalista no mercado mundial.

Um último ponto. Acompanhando a vertente da plena crítica, Osório afirma que um dos problemas sobre os teóricos pioneiros do imperialismo seria o economicismo. Realmente existe uma polêmica que remonta os fundadores do marxismo sobre um suposto economicismo na teoria marxista. Sobre isso é conhecida a afirmação de Engels (1890, s/p) de que,

de acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia.

Entretanto, não restam dúvidas que pelo menos parte da tradição marxista não se livrou totalmente do economicismo. Entre eles, Kautsky desenvolveu uma concepção mecânica já longamente debatida. No entanto, essa noção indubitavelmente não foi compartilhada por Lenin. De fato, os dois autores estão distantes na análise sobre o imperialismo e

é preciso muita criatividade para aproximá-los. Curiosamente foi Lenin que no fim do século XIX desenvolveu o conceito de economicismo na sua luta contra os grupos dentro do movimento social democrata russo que separavam as lutas políticas das lutas econômicas.

Do meu ponto de vista não é possível reduzir a noção de Lenin sobre o imperialismo em termos meramente econômicos ou políticos. Ao contrário, em seu pensamento, os laços econômicos e políticos sobre o funcionamento do imperialismo estão irremediavelmente intrincados. Em Lenin está evidente que o capitalismo não pode funcionar sem o Estado. Como não existe um governo global, o capital não pode expandir além de suas fronteiras sem o Estado-nação. A internacionalização do capitalismo se dá via Estado e, sempre que necessário, pela via das armas: é a guerra, ou a sua preparação, que dá vida ao imperialismo, criando a opressão nacional, fato destacado por Lenin. O resultado da expansão do capital é a geração de mais instabilidade econômica e política, não raro acompanhada de disputas militares.

De todo modo, a análise trazida por Osório, em particular da Plena Crítica, possui o mérito de levantar a discussão do imperialismo em bases mais concretas, chamando à atenção tanto para as falhas do economicismo como para aqueles que relegam a economia a um papel secundário. Vale a leitura.

Referência

- ENGELS, Friedrich. Carta para Joseph Bloch. 21-22 de Setembro. **Marxist**. 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.
- OSÓRIO, Luis Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018.